
DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS EM MACAPÁ-AP: REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO, CULTURA E ESPAÇO URBANO

CULTURAL EQUIPMENTS DISTRIBUTION AT MACAPÁ-AP (BRAZIL): REFLECTIONS ON DEVELOPMENT, CULTURE AND URBAN SPACE

Heluana Quintas de Lima¹
Marco Antônio Leal da Silva²
José Francisco de Carvalho Ferreira³

RESUMO: Este artigo representa um esforço inicial no estudo da distribuição dos recursos culturais, mais especificamente dos equipamentos culturais, no espaço urbano de Macapá-AP, com vistas a ampliar a discussão sobre o desenvolvimento, optando por um percurso que não o restrinja à economia com observância às pesquisas e dados já levantados e a atualização dos mesmos. Os dados utilizados provêm da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, Anuário de estatísticas culturais do Ministério da Cultura, Sistema de Indicadores de Percepção Social, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e, principalmente, da aplicação de questionários junto ao órgão de administração pública municipal, Fundação Municipal de Cultura de Macapá.

Palavras-chave: Cultura; desenvolvimento; equipamentos urbanos e culturais, Macapá

ABSTRACT: This article represents an initial effort in the study of the distribution of cultural equipment's, specifically the cultural facilities in the urban area of Macapa-AP, in order to a broader discussion on the development opting for a route that does not restrict only the economy but observe research and data already collected and update them. The data used come from the Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Anuário de estatísticas culturais, Sistema de Indicadores de Percepção Social, and, mainly, the use of questionnaires close to the municipal administrative body Fundação Municipal de Cultura de Macapá.

Key words: Culture, development, urban and cultural equipment's, Macapá.

1 Introdução

Levantar toda a bibliografia acerca do conceito de cultura, suas interfaces com o desenvolvimento e, mais precisamente, com o desenvolvimento das cidades é uma

1 Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: heluanaquintas@gmail.com.

2 Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: heluanaquintas@gmail.com.

3 Doutor em Geografia e Planejamento Territorial. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional. Professor de Geografia e no Mestrado em Desenvolvimento Regional (UNIFAP). Colaborador do CICS-NOVA, da FCSH/UNL. E-mail: zcofer@gmail.com

longa tarefa. Esse não é o objetivo deste artigo. Este artigo percorre um trajeto bastante simplificado acerca das principais publicações que centralizam a cultura como base do desenvolvimento com foco na diversidade concernente ao regional/local, tendo por finalidade compreender a distribuição dos equipamentos culturais na cidade de Macapá-AP, ao considerá-los um componente relevante das políticas de democratização da cultura e do pertencimento da comunidade sobre o espaço urbano.

Para tanto, foram analisados o Anuário de estatísticas culturais (MINC, 2009, 2010), o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do IBGE, que apresenta um bloco específico sobre cultura nos anos de 2001, 2002, 2004, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013 (IBGE, 2002, 2003, 2005, 2009a, 2012, 2013, 2014), e que, no ano de 2006, apresenta um Suplemento de Cultura, com um número de questões maior (IBGE, 2007). Esta última trata não só da existência de equipamentos culturais nos municípios como também a quantidade de equipamentos públicos.

Assim, para observar as mudanças ocorridas de 2006 para 2014 acerca da quantidade de equipamentos existentes na capital, foi aplicado o mesmo instrumento, adensando-o com perguntas referentes à localização e incorporando alguns equipamentos privados de fácil identificação no território (como shoppings e cinemas), a fim de introduzir uma reflexão aos estudos do espaço urbano a partir da cultura como base do desenvolvimento.

Entretanto, tem-se clareza que a distribuição dos equipamentos culturais não traduz sozinho o panorama da cultura no espaço urbano, tampouco define conclusivamente o acesso, a oferta e a garantia completa dos direitos culturais à comunidade e que são tão caros ao desenvolvimento. São necessários estudos complementares que indiquem como são utilizados, como a comunidade se apropria destes equipamentos e suas relações com a renda familiar, tempo disponível para o lazer, com a educação formal, etc.

Embora seja possível visualizar algumas indicações, com base na percepção do cidadão – como por exemplo através do SIPS –, é importante ressaltar que os contextos urbanos induzem processos específicos de desenvolvimento cultural, o que torna ainda mais imprescindível a complementação dos dados com pesquisas diferentes, regulares e contínuas, de tal forma que não bastam equipamentos se eles não respondem às necessidades de uso de uma comunidade.

Este texto está assim organizado: no primeiro item, discute-se cultura, desenvolvimento e espaço urbano, no segundo, os indicadores ambientais, no terceiro, a distribuição dos equipamentos culturais em Macapá-AP, e, no último, são tecidas algumas considerações finais.

2 Cultura, desenvolvimento e o espaço urbano

Amartya Sen (2000), economista premiado com o Nobel, em 1997, defende que existem essencialmente duas maneiras de perceber o processo de desenvolvimento. Uma delas está ligada ao desenvolvimento econômico atrelado à expansão acelerada e sustentado pelo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Esta maneira se define como noção opulenta de desenvolvimento.

Em contraste, é proposta uma segunda noção, na qual o desenvolvimento está atrelado e condicionado pela liberdade, definida a partir das oportunidades disponíveis à população

de modo que ela possa exercer escolhas e exercitar capacidades na condição de agente de mudanças efetivas, eliminando, assim, restrições à sua liberdade. Tais restrições, representam para Sem (2000), as limitações do próprio desenvolvimento. Nas palavras do autor,

Pela antiquada distinção entre “paciente” e “agente”, essa concepção da economia e do processo de desenvolvimento centrada na liberdade é em grande medida uma visão orientada pelo agente. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seus destinos e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. (SEN, 2000, p. 26).

A condição de agente, e, por conseguinte, o desenvolvimento como liberdade, tem íntima relação com a cultura. Sob a lógica da opulência, a cultura tem uma função puramente instrumental, como meio de alcançar outros fins e sem importância *per se*. A cultura é destacada de seu meio e de suas relações, a fim de que opere como mera promotora de crescimento econômico e aumento da opulência. Para Sem (1998) a cultura tem um duplo papel, do qual é característica a dialogia. Como diz,

Este doble papel se aplica no sólo en el contexto de la promoción del desarrollo económico, sino a otros objetivos específicos externos, como la sustentabilidad del medio ambiente, la preservación de la diversidad de las especies, etc. (SEN, 1998, p. 3).

Entretanto, a relação estabelecida entre cultura e desenvolvimento depende, fundamentalmente, de como são compreendidos e aplicados estes dois conceitos. A concepção de cultura como estratégia para sobrevivência no planeta na Economia Criativa dispõe a cultura como geradora de desenvolvimento quando pratica formas mais solidárias de relacionamento. A complementaridade, o compartilhamento e a interdependência fazem frente aos modelos exploratórios, não sustentáveis e altamente competitivos, os quais favorecem a ruptura, a fragmentação e a ausência de coesão social. Leitão (2007, p. 29) resume a expectativa por novos modelos de desenvolvimento abalizados pela cultura da seguinte forma:

[...] nesse novo século, a Cultura começa a ser considerada uma estratégia chave de combate à pobreza, assim como um fator decisivo de coesão social, necessitamos construir urgentemente uma agenda para o nosso desenvolvimento menos submissa e mais audaciosa. A nossa diversidade cultural constitui condição necessária para a formulação dessa agenda. Somos nós e somos os outros em nós, somos agora para sermos os outros amanhã.

Esta concepção, que aloca os direitos fundamentais como centrais no processo de desenvolvimento integral, permeará as principais publicações da UNESCO/ONU sobre a cultura nos últimos 30 anos, conforme veremos.

Na década de 1990, sente-se o acirramento da globalização. O Brasil participa da “Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das Expressões Culturais”,

objetivando proteger as culturas da homogeneização imprimida pela indústria de massa. No mesmo decênio surge, na Austrália, o termo “Indústrias Criativas”, cujo foco é a criatividade humana como base de uma estratégia econômica e de desenvolvimento.

Mais tarde, a discussão em torno do tema evolui para Economia Criativa, a qual posiciona a criatividade “na base competitiva da economia de uma região ou país” já que os produtos e serviços dela derivados podem ser copiados, mas não sua fonte. Neste contexto, surgem as Cidades Criativas, caracterizadas principalmente sob três enfoques: a) efusão de criatividade no espaço urbanos/implicações econômicas; b) capacidade de gerar e estimular a permanência de talentos em determinado ambiente urbano/implicações econômicas⁴; c) relacionada a inovação, capacidade tecnológica, de atrair talentos e promoção da tolerância. Perspectivas diferentes e complementares que incidem poderosamente na dinamização das relações sociais e econômicas, considerando as singularidades locais (REIS, 2012).

Werthein (2003) destaca a Conferência Mundial (1982), que resultou na recomendação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural; o Relatório Brundtland (1987) resultando no documento *Nosso Futuro Comum*, que incorporou os conceitos de sustentabilidade e biodiversidade ao campo da cultura, bem como a defesa da diversidade cultural e, principalmente, a Conferência de Estocolmo (1998), que fixa as “Políticas Culturais para o Desenvolvimento”. O autor prossegue indicando que há um *crescendum* de publicações de indicadores quantitativos e sobre práticas de políticas culturais que tornam cada vez mais imbricados os significados de cultura e desenvolvimento.

Merece relevo também a Agenda 21 da Cultura (2004), da qual o Brasil é signatário, que representa o primeiro documento apelando à responsabilidade dos governos locais para o desenvolvimento cultural. Esta assevera que os direitos culturais fazem parte indissociável dos direitos humanos e estabelece 29 compromissos.

O documento marca o entendimento de que a cultura está intimamente relacionada às demais questões da sociedade, estimulando a reflexão com fins de assegurar estes direitos (os culturais) como via de desenvolvimento a partir das cidades, os seus desafios e suas peculiaridades regionais e locais. Abre-se, assim, um varadouro de possibilidades de produção de indicadores culturais, a fim de subsidiar estratégias de políticas de desenvolvimento.

3 Indicadores culturais⁵

A despeito de todo o debate acerca do desafio em construir um banco de dados sobre cultura – considerando a vastidão do campo e a intangibilidade de certos recursos –, Werthein (2003, p. 15) insiste que é necessário a investigação permanente e mobilizadora no lugar de “duvidas paralisantes” e que as estruturas existentes de dados já são capazes de revelar informações relevantes. São fontes de pesquisa que solicitam mais sistematizações e análises, e, principalmente, tornarem-se regulares, periódicas. Somente assim, lançando mão de variadas contribuições, consolidar-se-á o conhecimento para que fundamentemos e exijamos um orçamento⁶ público onde a cultura apresente maior participação.

De tal maneira, conhecer o funcionamento da cultura, através dos indicadores disponíveis, permite associá-la a melhoria das condições de vida de uma população, ao tratamento da cultura como capital social, à correlação com a vertente econômica e

ao conhecimento mais aprofundado do processo de produção de bens culturais. Fato é que são necessários a geração e o tratamento mais regular e frequente das informações culturais, segundo Werthein (2003).

4 A distribuição dos equipamentos culturais em Macapá-AP

A visão negligenciadora de desenvolvimento está centrada na opulência. Ela dispensa outros valores arrecadados como essenciais no desenvolvimento e, mais do que constituírem noções distintas, essas perspectivas fundamentam a convivência entre as pessoas, fazendo com que as práticas sociais se sedimentem na disputa e na valorização do que é escasso e privilégio de poucos. Assim, a liberdade e as capacidades dela resultantes são cerceadas.

A opção pela opulência impacta, decisivamente, sobre a cidade, de modo que o crescimento econômico se evidencia distante do desenvolvimento como liberdade em numerosas localidades, transmitindo muito diretamente a escolha do Estado pela economia da opulência. Nas palavras de Ferrari Júnior (2004, p. 25): “O município sempre foi o *locus* privilegiado do contato mais direto e estreito entre o poder e o povo”. Em virtude disso, cidades como Macapá, que experimentaram relevante crescimento econômico em determinado período, demonstram sofrer graves problemas urbanos originários da estratégia de desenvolvimento adotada. Neste contexto, Tostes (2012, p. 5) exemplifica:

Macapá passou a exercer grande atração pelas populações das demais cidades do território por ela polarizadas, em face a exploração de manganês [...]. Nessas circunstâncias, a realidade sócio-espacial urbana que ora se apresenta é reflexo de um crescimento econômico que não foi indutor de desenvolvimento para essa cidade, acarretando um dos problemas mais sérios que é o crescimento da demanda por serviços públicos relativos à água, luz, telefone, assistência à saúde e educação.

A questão econômica constantemente se impôs no Amapá e para compreender como esta opção de desenvolvimento impacta na distribuição de equipamentos culturais em Macapá, é importante ter em mente que este é um território marcado pela disputa por sua ocupação com vistas à exploração de recursos naturais. Em 1751, a ocupação do entorno da Fortaleza de São de Macapá, localizada no centro da cidade, garantiu a colonização da região, objetivando proteger a fronteira setentrional norte do país contra a ambição dos franceses. O entorno se consolida como área central e ponto focal de interesse dos governos no decorrer da história.

Tostes (2011) destaca, ainda, que a cidade teve quatro ciclos de urbanização suportável predominantes no período de criação do Território Federal do Amapá (1943) e a urbanização caótica a partir da construção da Hidrelétrica do Paredão, no início da década de 1970. Com o êxodo rural e as decorrentes modificações demográficas, as estruturas urbanas do Território começam a colapsar, dada a sobrecarga.

Na década de 1990, Macapá dispunha de 10 bairros que, cujo crescimento acelerado se fez, de forma desordenada e desestruturada, em direção à zona norte. Entretanto, ocorrem massivas ocupações de áreas de ressaca que passam a constituir as periferias da

cidade, denominadas localmente de baixadas, onde estão enormes bolsões de pobreza, com precário ou nenhum serviço de saneamento, iluminação pública e atendimento às demandas sociais, além de riscos permanentes de alagamentos durante a estação das chuvas.

Assim, não é surpreendente que em Macapá, como em outros capitais, os equipamentos se concentrem no centro, de tal forma como não é incomum que as áreas de ocupação e com maior urbanização sejam onde resida a população com maior poder aquisitivo, escolaridade e que demandam maior consumo cultural. Neste contexto, Botelho (2003, p. 42) refere que

[...] para a maioria das pessoas a vida cultural se insere no tempo livre hoje empregado em usos diversificados, mas sempre limitados por certas condições de acesso. Trata-se de um segmento do cotidiano que, em termos de custos, se localiza na rubrica “lazer”, cujo perfil do poder aquisitivo, em grande parte, mas não exclusivamente.

A distribuição dos equipamentos culturais é identificada pela maioria dos brasileiros como concentrada. Isso pode ser identificado com a ausência de um planejamento urbano em que estejam representados os interesses da comunidade, conforme Ferrari Júnior (2004, p. 18):

Ao que se refere especificamente às cidades brasileiras, podemos pensar que o planejamento teve na cidade uma visão que priorizou a ordenação do território, sua configuração arquitetônica, seus equipamentos coletivos, acabando por valorizar a obra física pura e desconsiderando-se a construção da cidadania de grande parte de seus habitantes.

Tal insatisfação acerca da distribuição dos equipamentos culturais no país é o que atesta, em 2010, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), com a edição de Cultura do *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)*, cujo objetivo é verificar como a população avalia determinados serviços públicos. Nesta edição, a análise dos processos se ateve à escala das grandes regiões do território nacional, observando os seguintes elementos: i) percepção social sobre a organização urbana para a prática cultural; ii) disposições culturais para o uso do tempo; iii) percepções a respeito da oferta cultural; iv) frequência de práticas culturais.

Os equipamentos culturais e seu acesso, uso, tipo de oferta, localização e distribuição na cidade aparecem como questões tratadas no primeiro e terceiro bloco de estudo, aferindo entre os 2.700 entrevistados. Destes, 51% compreendem que os equipamentos culturais estão *Mal situados*, 15,7% *Muito bem situados* e 26,4% *Razoavelmente bem situados*. No norte, a categoria *Mal situados* aparece com 43%, ainda assim, indicando que a maioria das pessoas não está satisfeita com a localização; 62,6% percebem o equipamento como distante do lugar onde moram e para 35,3% a localização não representa problema significativo.

Interessante ressaltar que, quanto maior a escolaridade, maior a frequência em equipamentos culturais e que o percentual de pessoas analfabetas que não sabiam ou não souberam responder quando questionadas sobre a localização de equipamentos

culturais teve um acréscimo relevante na média. Além disso, 56% aponta a existência de uma barreira social enquanto obstáculo fixado pelo perfil do público frequentados dos espaços culturais. O estudo conclui que a relação entre as variáveis econômicas e sociais (renda, idade e escolaridade) constituem lógicas e práticas distintas e que as segregações socioeconômicas e espaciais estão representadas enfaticamente nestas percepções acerca da organização do espaço urbano, ainda que em regiões diferentes do país.

O Cultura em Números – Anuário de Estatísticas Culturais 2009 (MINC, 2009)⁷ é a primeira classificação estatística de cultura do Ministério da Cultura-MinC. A publicação reúne diversas informações sobre cultura cujas variadas fontes contabilizam dados do IBGE, INEP, Sistema MinC, IBOPE, Indicadores de Economia da Cultura/IPEA. A pesquisa está dividida em oferta da cultura, demanda da cultura, indicadores culturais, gestão pública de cultura e financiamento da cultura. O diferencial da pesquisa é que ela reúne aspectos da gestão pública, do comportamento da população e das atividades culturais também como econômicas.

Quanto ao estudo dos equipamentos culturais, está orientado para o diagnóstico da oferta de equipamentos, da demanda de interesse da população e da utilização de equipamentos consorciada entre municípios. Neste caso, a inovação enquanto apresentação de indicadores está nos Índices de Concentração de Equipamentos na Capital, o qual demonstrou que 100% dos cinemas e teatros se concentram em Macapá, enquanto que as bibliotecas públicas parecem estar melhor distribuídas no estado, constituindo um índice de 27,7%. De acordo com Melo (2005, p. 8):

Obviamente que esse processo não traz problemas somente para os cidadãos das camadas populares, por certo os mais expostos e atingidos por terem menos possibilidades de contrapor e minimizar seus efeitos perversos. Os indivíduos reagem de diferentes maneiras e vemos acentuar-se o desgaste dos valores comunitários.

Em 2007, o IBGE (2007) publica *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, com um Suplemento de Cultura*, antecedido pelo suplemento de meio ambiente em 2002, esporte em 2004, e assistência social em 2005. Entretanto, desde a pesquisa de 2005 já constam nos questionários do bloco de cultura, os equipamentos culturais, Conselhos Municipais de Cultura e atividades artísticas e artesanais.

O Suplemento de Cultura apresenta um aprofundamento dos questionamentos acerca do tema nos municípios, haja vista que as “prefeituras do País vêm desempenhando um papel cada vez mais destacado no que tange às políticas específicas para essa área” (IBGE, 2007, p.12) e investiga questões sobre o órgão gestor de cultura, as legislações de patrimônio cultural, Conselho Municipal de Patrimônio, Fundo Municipal de Patrimônio, Fundo Municipal de Cultura, recursos e financiamentos, profissionais da cultura, atividades culturais na escola, feiras, festivais, concursos, meios de comunicação e equipamentos culturais como aspectos em destaque relacionados à gestão municipal.

A análise contempla os municípios por grandes regiões, unidades da federação, classes de tamanho da população e no caso dos equipamentos culturais, o tipo. No tema infraestrutura da cultura, equipamentos culturais encontram-se junto aos meios de comunicação. Assim, temos a existência de bibliotecas em 89,1% dos municípios, com uma ampliação de 16,8% de 1999 a 2006. Mas há também a queda no número de

livrarias, atribuído à hipótese da distribuição de livros por canais não tradicionais como lojas multimídias, supermercados, cafés entre outros.

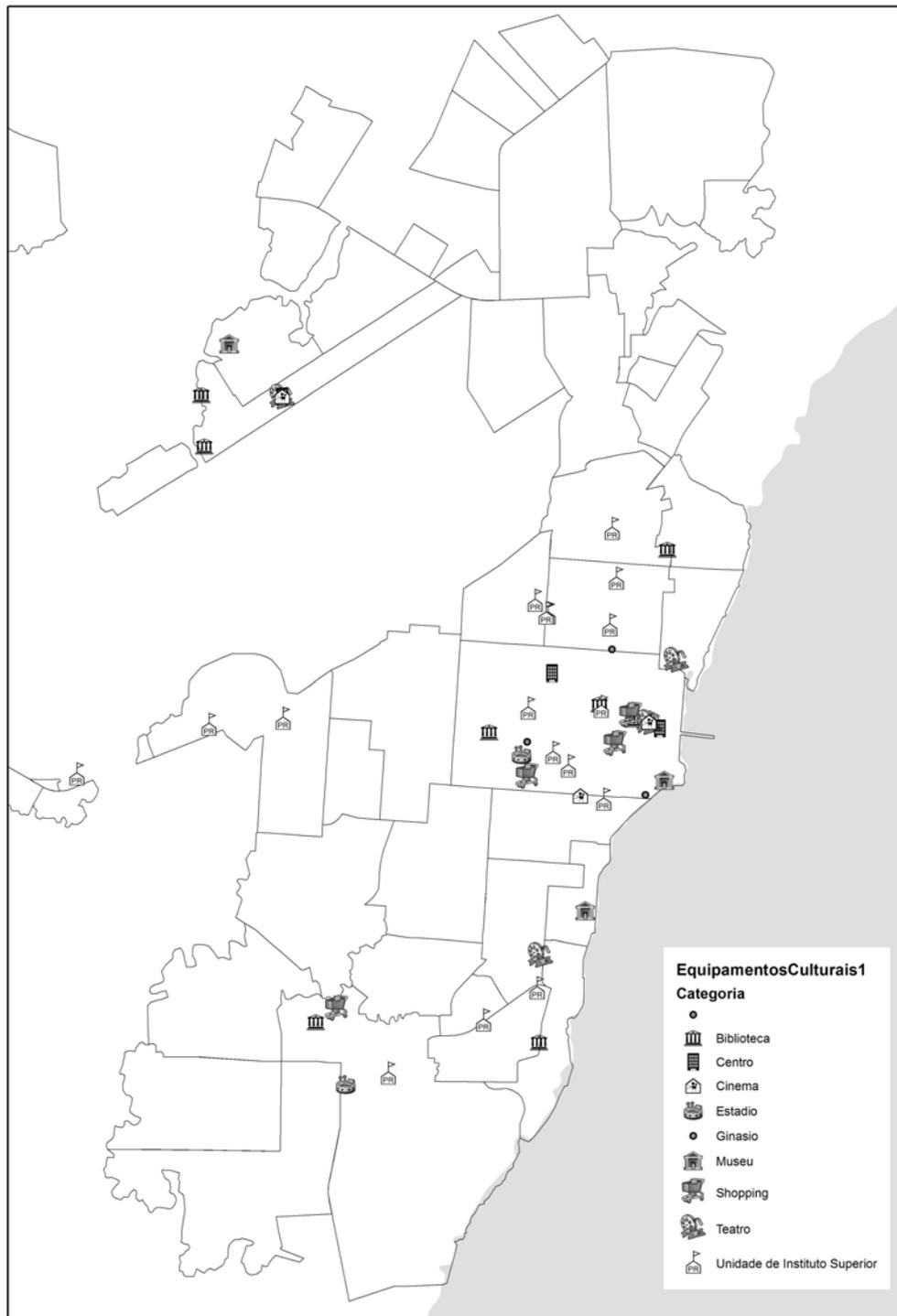
Em mais de 80% dos municípios pesquisados, os museus, bibliotecas, teatros e salas de espetáculo são mantidas pelo poder público municipal, sendo a maioria concentrada no Sul e Centro-sul do país, embora a região norte apresente uma diferença significativamente inferior à quantidade de equipamentos da região nordeste e ao centro-oeste, regiões vizinhas.

No ano de 2006, o Amapá é o estado com menor número de bibliotecas e museus, e, quanto aos teatros, fica à frente apenas de Tocantins. No ranking nacional, o Amapá fica à frente apenas do Distrito Federal, bem como na quantidade de videolocadoras, lojas de discos e livrarias. A pesquisa suplementar dos Perfis Municipais 2006 (IBGE, 2007), conclui que a gestão cultural ainda não apresenta importância e a centralidade desejada para as administrações municipais.

O diferencial da pesquisa no MINC (2009) é que ela reúne aspectos da gestão pública, do comportamento da população e das atividades culturais também como econômicas. Quanto ao estudo dos equipamentos culturais, está orientado para o diagnóstico da oferta de equipamentos, da demanda de interesse da população e da utilização de equipamentos consorciada entre municípios. Neste caso, a inovação está nos índices de concentração de equipamentos na capital.

Diferente da pesquisa suplementar, realizada pelo IBGE⁸, que elenca 21 equipamentos culturais nas pesquisas sobre os perfis municipais dos últimos 13 anos, o Cultura em Números contabiliza apenas 8 tipos de equipamentos (cinema, videolocadora, loja de discos, CD/DVD, biblioteca pública, livraria, museu, teatro, centro cultural). Na pesquisa ora apresentada optou-se focar pelos 12 equipamentos elencados no questionário do IBGE referente à Pesquisa Básica dos Perfis Municipais de 2006 (IBGE, 2007), aplicados junto ao órgão gestor municipal de cultura, em Macapá, denominado Fundação Municipal de Cultura (FUMCULT)⁹. São eles: bibliotecas, museus, centros culturais, estádios ou ginásios, unidades de ensino superior cinemas, videolocadoras, shoppings, lojas de discos e livrarias.

O questionário formulado pelo IBGE, em 2006, contempla 14 blocos com variados temas relacionados à cultura, sendo o último deles dedicado aos Equipamentos Culturais. Neste¹⁰ são perguntados: a) se existem (para todos os equipamentos); b) quantos equipamentos existem (no caso de bibliotecas, museus, teatros, centros culturais, estádios/ginásios e cinemas); c) se algum é mantido pelo município (à exceção de cinema). Foram adicionados ao questionário aplicado: d) quais os equipamentos culturais são administrados pelo município; e) onde se localizam. Assim, foi possível elaborar o mapa da distribuição dos equipamentos culturais na capital do Amapá, conforme a Figura 1.

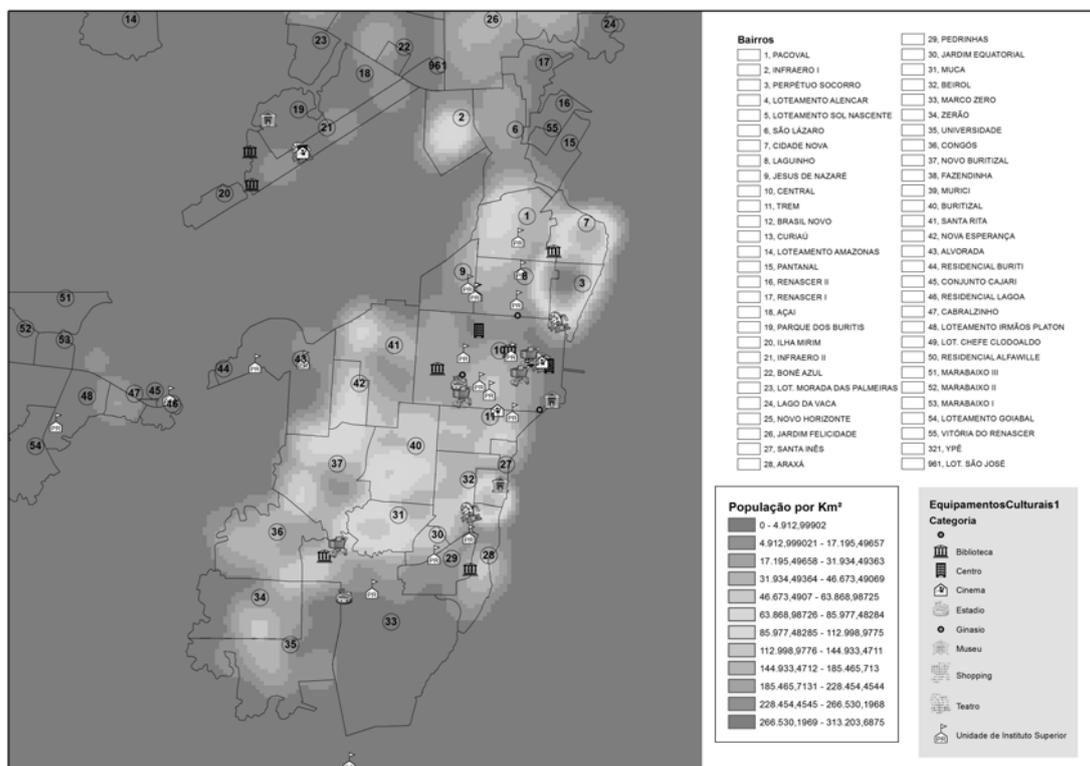


Fonte: IBGE (2009b). Elaboração dos autores. Arcgis 10.1.

Figura 1. Distribuição dos equipamentos culturais em Macapá-AP – 2014

O mapeamento do espaço urbano revela uma grande concentração de equipamentos culturais na região central, eles totalizam 25, numa diversidade correspondente a todos os tipos de oferta. Este panorama reafirma as pesquisas anteriores, demonstrando poucas modificações nos últimos 8 anos.

Cruzando as informações sobre a distribuição dos equipamentos culturais com a densidade demográfica dos bairros de Macapá, que possui uma população de 360.287 habitantes, foi possível produzir um mapa de calor, de acordo com o último Censo populacional (IBGE, 2010).



Fonte: IBGE (2009b). Elaboração dos autores. Arcgis 10.1.

Figura 2. Distribuição de equipamentos culturais por densidade demográfica – 2014

Com ele é possível observar que área referente aos bairros Cidade Nova e Perpétuo Socorro apresentam maior densidade demográfica, somando uma população de 28.281 (IBGE, 2010) e 3 equipamentos, diferenciados entre si, localizados ou próximo aos bairros.

Em suma, Macapá dispõe de 63 equipamentos, assim distribuídos: bibliotecas – 19%, museus – 11%; estádios e ginásios – 6,3%; cinemas – 7,9%; centros culturais – 6,3%; teatros – 6,3%; unidades de ensino superior – 36,5%; e shoppings – 6,3%. Com 39% concentrado num único bairro: o Centro, cuja população é de 17.798. O restante dos equipamentos se distribuem principalmente entre os bairros Trem, Infraero 2, Jardim Marco Zero, Laguinho, Araxá, Cabralzinho, Muça, Cidade Nova, Perpetuo Socorro, Fazendinha, Jardim Equatorial, Santa Rita, Alvorada e Brasil Novo. O que significa que os outros 19 bairros, oficializados em Macapá (ao todo 34), não dispõem de nenhum dos equipamentos elencados.

É importante ressaltar que se tomou como referência a pesquisa suplementar de cultura do IBGE de 2006 (IBGE, 2007), haja vista que é a que trata de equipamentos culturais com maior acuidade e tendo como observância o poder público municipal. Isso permitiu observar o que mudou em oito anos na oferta de cultura no município.

Os dados referentes ao ano de 2006¹¹ se diferenciam, sobremaneira, daqueles coletados em 2014 devido à compreensão do questionário por parte dos entrevistados nos

dois anos. Em 2006, quando se tratou de estádios e ginásios, possivelmente considerou-se as praças poliesportivas da capital e as quadras das escolas. O mesmo aplica-se a bibliotecas e a teatros. De qualquer forma, é possível observar que nos dois anos há uma predominância quantitativa de estádios e bibliotecas, apontando, assim, a necessidade de diversificação na oferta cultural, o que implica numa convivência comunitária extremamente limitada, tanto no que se refere aos espaços que se frequenta, quanto relacionado às trocas que se estabelecem, favorecendo a mediatização da cultura. Assim, segundo Melo (2005, p. 6),

[...] tende-se a uma privatização das vivências cotidianas, onde pode-se observar que as pessoas se restringem cada vez mais a seu espaço doméstico, utilizando os equipamentos tecnológicos (televisão, vídeo, DVD, internet) como mediadores de seu contato com a realidade, o que acaba por reduzir sensivelmente as expressões humanas e afetivas.

Este processo de mediatização constitui mais um amplo campo de pesquisa que merece atenção no aprofundamento das questões levantadas neste artigo, bem como as pesquisas sobre práticas culturais da população, as atividades que ocupam ruas, praças e outros ambientes públicos, todos demonstrativos diferenciados de relacionamento com a cultura.

Considerações finais

De acordo com Lefebvre (1991), o urbano é caracterizado pela reunião, centralização econômica e pela disputa de poderes colocada. Nessa perspectiva, para compreender com profundidade a distribuição dos equipamentos culturais, é fundamental considerá-la como manifestação da urbanidade enquanto “projeção da sociedade sobre um local”. Dessa forma, são exatamente as pesquisas sobre a utilização dos equipamentos e os obstáculos de acesso associados, que complementarão as informações de modo a torna-las mais eficazes para a gestão da cidade. Em outras palavras, são necessárias mais pesquisas acerca das práticas culturais da população em Macapá, haja visto que é o elenco de variáveis que permite entender as condições de seu uso, de modo a apontar possibilidades de articulação de políticas públicas capazes de suprir a ausência de investimentos na construção de novos equipamentos.

De qualquer forma, quando se observa a multiplicidade de indicadores e até mesmo a descontinuidade de pesquisas e a realocação das variáveis nas publicações, faz-se imperioso ponderar sobre a peculiaridade do tema tratado – a cultura –, tal como resume o Anuário de Estatísticas Culturais 2010 “permeada por particularidades nem sempre tangíveis ou mensuráveis. Dessa maneira, os indicadores culturais sempre serão demonstrações “parciais” da realidade. Isso não diminui a sua importância”.

Para além dos equipamentos, Macapá concentra a “maior oferta de abastecimento de água, rede de esgoto, energia e iluminação pública e também a maioria da população, cerca de 51,1% do estado (TOSTES, 2011). O estudo sobre a distribuição num espaço urbano demanda uma observação mais detalhada. O estudo ora apresentado é um esforço inicial no sentido em entender a disposição desses equipamentos na cidade, considerando, entretanto, que essa distribuição espacial é insuficiente para compreender a dinâmica

cultural de Macapá, o que evoca a necessidade de complementação de outras pesquisas com foco nos chamados usos da cultura.

De qualquer forma, não se pode conduzir a explicação de um fenômeno a um princípio de ordem pura, nem a um princípio de organização última. É preciso misturá-los e combiná-los, compreendendo a cultura como um circuito que envolve ordem-desordem- interação-organização, não sendo prudente, nem mesmo possível uma ordenação completa.

Notas

⁴“[...] No passado as corporações desempenhavam um papel econômico central ao atuar como elo entre o indivíduo e o trabalho [...]. Hoje, porém, as organizações são menos fiéis aos seus funcionários, o que torna os contratos de trabalho bem mais contingentes. Nesse ambiente, a situação geográfica substitui a corporação como aquela que organiza as relações entre indivíduo e trabalho. Hoje, ter acesso a pessoas talentosas e criativas está para os negócios assim como ter acesso a carvão e minério de ferro estava para siderurgia. Ele determina o lugar que as empresas escolhem para se ficar e crescer, o que por sua vez altera a dinâmica de competição entre as cidades. Em um discurso para governadores dos EUA, Carley Fiorina, CEO da Hewlett-Packard, declarou: ‘Fiquem com seus incentivos fiscais e autoestradas; nós vamos aonde estão as pessoas mais capacitadas’”. (REIS, 2012, p. 45).

⁵Segundo o *Cultura em Números/MINC*, os indicadores culturais começaram a surgir nos anos 1960, em análises sobre os impactos dos meios de comunicação na cultura. Desde então, esse campo tem avançado de maneira significativa com o surgimento nos anos 80 do *Framework for Cultural Statistics*, da UNESCO. A publicação do primeiro informe mundial da instituição sobre Cultura se deu em 1988, uma nova versão foi apresentada em 2009. Botelho (2003) afirma que toda a terminologia criada e divulgada amplamente pela UNESCO nos anos 70, tem suas origens na Comissão Francesa da UNESCO.

⁶De acordo com as Leis Orçamentárias Anuais de 2014 referentes à Macapá (Lei nº 2.038/2013-PMM), Amapá (Lei nº 1.794 DE 30/12/2014-GEA) e ao Governo Federal (Lei nº 12.952, de 20/01/2014), percebe-se que os recursos destinados à cultura são irrisórios, equivalentes, respectivamente, à 0,7%, 0,37%, e 0,13 %.

⁷O Anuário de 2010 indica especial importância à pesquisa diante das reformas implementadas no ano de 2008, a exemplo da criação do IBraM, de marcos jurídicos (lei nº 6.835/2006 que institui o Plano Nacional de Cultura) e novas definições de investimento na área.

⁸Em 2001, orquestras deixam de fazer parte dos questionário aplicados pelo IBGE.

⁹A Fundação Municipal de Cultura - FUMCULT é uma autarquia criada pela Lei Complementar n. 0082/2011.

¹⁰Foram considerados além dos equipamentos culturais de administração pública, os privados: cinemas e shopping, cuja presença é facilmente identificável no espaço urbano, diferente de livrarias e lojas de discos que precisariam ter como fonte a Junta Comercial do Amapá, com a qual não conseguimos contato, haja vista o período de transição entre governantes estaduais, aliado ao recesso referente ao mês de dezembro.

¹¹Na pesquisa de 2006 não a quantidade de unidades de ensino superior e shoppings, não sendo possível, portanto, aferir a variação destas categorias.

Referências

- FÓRUM UNIVERSAL DAS CULTURAS. **Agenda 21 da Cultura**. (2004). Texto aprovado no IV Fórum de Autoridades Locais de Porto Alegre para a Inclusão Social, no marco do Fórum Universal das Culturas – Barcelona, 2004.
- AMAPÁ. Lei nº 1.794 DE 30 de dezembro de 2013. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. Disponível em: http://www.seplan.ap.gov.br/index.php?option=com_docman&Itemid=173 Acessado em: 10/01/2015.
- AMARTYA, Sen. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. La cultura como base do desarrollo. **Revista Diálogo**. Caracas: UNESCO, 1998. (p. 24-25). Disponível em: <http://www.unrc.edu.ar/publicar/25/dos.html> Acessado em: 15/09/2014.
- BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Espaço e Debates**, 2003. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/pdf/espaco_debates.pdf. Acessado em: 18/12/2014.
- BRASIL. **Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/orcamentos_anuais_view?anoOrc=2014 Acessado em: 10/01/2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Populacional 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br> Acessado em: 02/12/2015.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001. IBGE: Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002. IBGE: Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004. IBGE: Rio de Janeiro, 2005.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006: Suplemento de Cultura. IBGE: Rio de Janeiro, 2007.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008. IBGE: Rio de Janeiro, 2009a.
- _____. **Geociências**. Mapas regionais. Político. Norte Político 2009. 2009 b. Disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm. Último Acesso em: 25 de jun. de 2015.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009. IBGE: Rio de Janeiro, 2010.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011. IBGE: Rio de Janeiro, 2012.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012. IBGE: Rio de Janeiro, 2013.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013. IBGE: Rio de Janeiro, 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Sistema de**

- Indicadores de Percepção Social (SIPS)**. Brasília: IPEA, 2010.
- JÚNIOR, José Carlos Ferrari. Limites e potencialidades do planejamento urbano. Uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 15-28, 2004.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEITÃO, Cláudia Sousa. **Por um pensamento complexo acerca da Cultura e do Desenvolvimento**, 2007. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicooprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=157>. Acessado em: 04/09/2014.
- MACAPÁ. Lei nº **2.038 de XX de XX de 2013**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. <http://www.macapa.ap.gov.br/portal/LOA2014.pdf> Acessado em: 10/01/2015.
- MELO, Victor de Andrade; PERES, Fábio de Faria. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. **Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **Cultura em números**. Anuário de estatísticas culturais 2009. Brasília: MINC, 2009.
- _____. **Cultura em números**. Anuário de estatísticas culturais 2010. Brasília: MINC, 2010.
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas**. SESI SENAI Editora, 2012.
- TOSTES, José Alberto; PELAES, Fátima Maria Andrade. Planejamento e Estrutura no Polo Turístico Maracá-Cunani. **VI Encontro Nacional da Anppas**, 18 a 21 de setembro de 2012 Belém-PA–Brasil.
- TOSTES, José Alberto. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.
- WERTHEIN, Jorge. Introdução. In. CANCLINI, Néstor G. **Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. UNESCO, 2003.